

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural
1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de
Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-27-6

DOI 10.22533/at.ed.276201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os

autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas. Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
UMA ABORDAGEM ACERCA DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS PARA COMUNIDADE SURDA DE JATAÍ	
Kamilla Fonseca Lemes Garcia Andréia de Cássia Silva Machado Thábio de Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2762013021	
CAPÍTULO 2	11
A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA (1961): UMA PROPOSTA DE ESCOLARIZAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA EMANCIPADORA	
Dayane de Freitas Colombo Rosa Roseli Gall do Amaral da Silva José Joaquim Pereira Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2762013022	
CAPÍTULO 3	26
A CONFECÇÃO DE <i>CARD GAMES</i> COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DO PROGRAMA DE SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Thaís da Silva Santos Gabriel Soares Pereira Luciano Gomes da Silva Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2762013023	
CAPÍTULO 4	36
A CONSTRUÇÃO DA LEI Nº 9.394/96: TRAJETÓRIA E IMPASSES POLÍTICOS	
Raryson Maciel Rocha Andrea Silva Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.2762013024	
CAPÍTULO 5	49
A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS TÁTEIS PARA DEFICIENTES VISUAIS USANDO PAPEL MICROCAPSULADO	
Alex Santos de Oliveira Elton Rodrigues Cantão João Elias Vidueira Ferreira Maria do Perpétuo Socorro Sarmiento Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2762013025	
CAPÍTULO 6	58
A CONTRIBUIÇÃO DO LÚDICO NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO DO EDUCANDO COM TDAH	
Lúcia Balbina de Souza Nunes Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto José Fernandes Vilas Netto Tiradentes Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães	
DOI 10.22533/at.ed.2762013026	

CAPÍTULO 7	69
A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR	
Rosimar de Jesus Souza Sepulchro	
DOI 10.22533/at.ed.2762013027	
CAPÍTULO 8	77
A ESCOLA MUNICIPAL BARRO BRANCO: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS E O COTIDIANO ESCOLAR	
Vanessa SerafimdaSilva	
Bianca Silva Martins	
Israel Gonçalves Cardoso	
Juliana Luíza Pinto dos SantosTeixeira	
Moacir dos Santos da Silva	
Josely Ferreira Ribeiro	
Antônio Henrique Nunes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2762013028	
CAPÍTULO 9	88
A LUTA E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE “PAU A PIQUE” NO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO EM ARIQUEMES- RO	
Maria Estélia de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.2762013029	
CAPÍTULO 10	104
A IMPORTÂNCIA DO SUPORTE DO PROFESSOR PARA OS ALUNOS QUE POSSUEM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	
Danielle Souza Barbosa	
Rosa Vicentin	
Kelli Cristina Rodrigues Alves	
Stefane Aparecida Nascimento	
Tamires Costa Paula	
Valéria De Gregorio Santos	
Elizabeth Maria Souza	
Michele Ramos Marçal	
Liziria Gabriela Soares Ribeiro	
Cristiane Paganardi Chagas	
Elizabeth Maria Souza	
Josiane De Alves Barboza	
Zulmira Batista Ortega Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.27620130210	
CAPÍTULO 11	113
A ORIGEM DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO E SEU PAPEL COMO FORMADORA DO SER ÉTICO	
Lucas Toshitaka Yatsugafu Longo	
Pedro Calixto Ferreira Filho	
Devanir Pereira dos Santos Canovas	
DOI 10.22533/at.ed.27620130211	

CAPÍTULO 12 124

A OSTERFEST DA CIDADE DE POMERODE: UM PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE ARTES VISUAIS DA FURB NA MODALIDADE PARFOR

Adriana Schoeffel
Lilian Veronica Souza
Nildasia Santos de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.27620130212

CAPÍTULO 13 137

A PLURALIDADE CULTURAL ENSINADA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA CRIANÇA NO AMAZONAS

Maria de Jesus Campos de Souza Belém
Bernardina Barbosa da Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.27620130213

CAPÍTULO 14 150

GÊNERO E SEXUALIDADE: PANORAMA DAS DISSERTAÇÕES E TESES NA ÁREA DE ENSINO E NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO GOIANOS

Mariana Lucas Mendes
Cristiane Maria Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.27620130214

CAPÍTULO 15 164

A PROFISSÃO DOCENTE NO SÉCULO XXI: CAUSAS E REFLEXOS DA DESMOTIVAÇÃO DOS PROFESSORES

Luiz Marles Gonçalves dos Santos
Lívia de Oliveira T. Dias Carvalho
Samantha Jesus dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.27620130215

CAPÍTULO 16 173

A PROVA BRASIL: DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Eliane Brito de Lima

DOI 10.22533/at.ed.27620130216

CAPÍTULO 17 184

ACORDO BRASIL/ESTADOS UNIDOS: OS OBJETIVOS HEGEMÔNICOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO/1997

Darllen Almeida da Silva
Norma-Iracema de B. Ferreira
kátia de Nazaré Santos Fonsêca

DOI 10.22533/at.ed.27620130217

CAPÍTULO 18 199

ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM TEA: SABERES DE PROFESSORES

Marcus Vinicius da Rocha Santos
Maria Camila da Silva

Najra Danny Pareira Lima
Mayanny da Silva Lima
Valeria Silva Carvalho
Thais Costa Medeiros
Mychelle Maria Santos de Oliveira
Thalia Costa Medeiros
Gilma Sannyelle Silva Rocha

DOI 10.22533/at.ed.27620130218

CAPÍTULO 19 209

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA DAS PRÁTICAS DE LEITURAS CRÍTICO-REFLEXIVAS: JOGOS E BRINCADEIRAS

Antônia Janira Silva Salvaterra
Jacinto Pedro P. Leão
Rosemeire Ferrarezi Valiante
Sandra Andrea de Miranda

DOI 10.22533/at.ed.27620130219

CAPÍTULO 20 225

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CEEJA DR. CLÁUDIO FIALHO: MEDIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Jacinto Pedro P. Leão
Rosemeire Ferrarezi Valiante
Antônio Aguinivaldo Pereira Lima

DOI 10.22533/at.ed.27620130220

CAPÍTULO 21 239

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO TESTE FORMA MENTIS COMO EVIDÊNCIA DA POTENCIAL MENTALIDADE EMPREENDEDORA DOS JOVENS

Carmen Ivanete D'Agostini Spanhol
Breno Prado da Silva
Juliana Fick de Oliveira
Maria Clara Mahlke Ranoff

DOI 10.22533/at.ed.27620130221

CAPÍTULO 22 252

ANALISES DA EVASÃO SEGUNDO A OFERTA DE VAGAS DE TRANSFERÊNCIAS NA USP

Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi

DOI 10.22533/at.ed.27620130222

CAPÍTULO 23 272

APLICABILIDADE TEÓRICO-PRÁTICA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

Sérgio Caetano da Silva Junior

DOI 10.22533/at.ed.27620130223

CAPÍTULO 24 280

AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS: UM PROJETO EDUCACIONAL

Joel Haroldo Baade
Adelcio Machado dos Santos

Joel Cezar Bonin

DOI 10.22533/at.ed.27620130224

CAPÍTULO 25 292

AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Davi dos Santos Almeida

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.27620130225

CAPÍTULO 26 306

ATITUDES DOCENTES COM CRIANÇAS INCLUSAS EM UMA ESCOLA PARTICULAR DE FORTALEZA

Cristiane de Oliveira Rezende

Carolina Eckrich Canuto

DOI 10.22533/at.ed.27620130226

CAPÍTULO 27 317

ATIVIDADES LÚDICAS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA APLICADA AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE FÍSICA

Suellen Cristina Moraes Marques

Cristiane Gomes Guimarães

Gislayne Elisana Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.27620130227

CAPÍTULO 28 327

AVALIAÇÃO DE SOFTWARES EDUCATIVOS PARA O ENSINO DA FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Vagner Santos da Silva

Geanderson Márcio da Costa e Silva

Josinalva Dias do Nascimento Silva

Severino Mendes da Costa

DOI 10.22533/at.ed.27620130228

CAPÍTULO 29 337

BARALHO E O PÔQUER NO ENSINO DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE

Rafael Cordeiro

Rodrigo Lima Almeida

Adriana Ap. Molina Gomes

DOI 10.22533/at.ed.27620130229

CAPÍTULO 30 342

BRANQUITUDE NO CURRÍCULO ESCOLAR: A NECESSIDADE DE DESNEUTRALIZAR O BRANCO

Higor Antonio da Cunha

Thamara Parteka

DOI 10.22533/at.ed.27620130230

CAPÍTULO 31	355
CARTA A QUEM OUSA RESISTIR	
Eliane Renata Steuck	
Márcia Pereira Silva	
Márcia Madeira Malta	
Vilmar Alves Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.27620130231	
CAPÍTULO 32	360
CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA: ALGUNS ASPECTOS OBSERVADOS DURANTE A EXISTÊNCIA DA RÚSSIA SOCIALISTA	
Flávio Leite Costa	
DOI 10.22533/at.ed.27620130232	
CAPÍTULO 33	372
O PROCESSO DE LEITURA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: E UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA COM LEITURAS INFANTIS NA E.M.E.I. SANTA ROSA NO MUNICÍPIO DE ABATETUBA/PA	
Oselita de Figueiredo Côrrea	
Maria da Trindade Rodrigues de Sarges	
João Batista Santos de Sarges	
Eliane Sueli Araújo Nery	
Jhonys Benek Rodrigues de Sarges	
José Francisco da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.27620130233	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	383
ÍNDICE REMISSIVO	384

AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Data de aceite: 31/01/2020

Data de submissão: 11/11/2019

Davi dos Santos Almeida

Graduando em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Universidade Federal do Amazonas - Faculdade de Educação

Manaus, Amazonas

CV: <http://lattes.cnpq.br/8456763387116238>

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

Doutora em Educação e Trabalho Social.

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas

Universidade Federal do Amazonas-Faculdade de Educação

CV: <http://lattes.cnpq.br/5209162424763641>

Manaus, Amazonas

RESUMO: O presente artigo socializa resultados de uma pesquisa de iniciação científica concluída em 2019 pela Universidade Federal do Amazonas, grupo de pesquisa, Comunicação, Tecnologia e Cultura na Educação Presencial e a Distância (CEFORT). O estudo se concretizou mediante os objetivos de analisar e compreender quais as consequências do trabalho infantil no processo de ensino e aprendizagem da criança e adolescente. Segundo a Constituição Brasileira em vigor a partir de 1988, a execução

de qualquer trabalho por crianças é proibida para menores até 14 anos, e a partir dos catorze é permitido somente na condição de menor aprendiz, e, mesmo nesta condição, o trabalho não pode ser noturno, perigoso ou insalubre. Registra-se ainda no Brasil que o número de trabalhadores precoces alcança um percentual de 5% da população que tem entre 5 e 17 anos de idade. A coleta de dados assim se realizou: inicialmente, levantaram-se registros de denúncias junto ao Conselho Tutelar da Zona Centro-Sul por meio de uma entrevista com o Conselheiro responsável visando colher evidências a respeito de como o órgão intervém no combate/minimização do trabalho infantil na localidade; posteriormente, numa Escola Estadual situada na mesma zona, entrevistou-se aproximadamente, quatro professores; dois pedagogos e o Gestor da escola; também se aplicou um questionário com três crianças identificadas na situação de trabalho precoce. O processo de análise dos dados embasou-se no materialismo histórico dialético. Constatou-se que de fato, ocorrem impactos na aprendizagem das crianças e adolescentes submetidas ao trabalho infantil: é comum, evasão escolar e chegarem cansados, não demonstrarem interesse pela aprendizagem dos conteúdos ensinados em sala de aula, quanto às ações da escola para minimizar a situação de exploração tem se resumido a acionar o Conselho Tutelar

buscando providências legais; os professores precisam ter postura cidadã ao intervir nas situações envolvendo a complexa problemática do trabalho infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação e Infância; Trabalho Infantil; Aprendizagem Escolar.

THE IMPLICATIONS OF CHILD LABOR IN LEARNING DEVELOPMENT

ABSTRACT: This article presents the results of a scientific initiation research conducted in 2019 by the Federal University of Amazonas, under the Communication, Technology and Culture in On-Site and Distance Education (CEFORT) research group. Its goals were to analyze and understand the consequences of child labor in the process of teaching and learning of children and adolescents. According to Brazilian Constitution (in force since 1988), the execution of any work by children is forbidden for children under 14 years old, and above the age of fourteen is allowed only as an apprentice, and even in this condition, work can not be nocturnal, dangerous or unhealthy. It is also registered in Brazil that the number of early workers reaches a percentage of 5% of the population between 5 and 17 years old. The data were collected initially by the survey of complaints filed with the Central-South Zone Guardianship Council through an interview with the Counselor, aiming to gather evidence on how the agency intervenes in the battle against / minimization of child labor in the area; later, in a State School in the locality, approximately four teachers were interviewed; two pedagogues and the school manager; A questionnaire was also applied with three children identified in the early work situation. The data analysis was based on dialectical historical materialism. It was found that, in fact, there are impacts on the learning of children and adolescents exposed to child labor: school dropout, fatigue and lack of interest on learning the subjects taught in the classroom. As for the school's actions to minimize the situation, the measures boil down to calling on the Guardian Council to seek legal action; However, it is important that teachers have a citizen attitude when intervening in situations involving the complex problem of child labor.

KEYWORDS: Education and Childhood; Child labor; School learning.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que as crianças são muito diferentes fisiológica e psicologicamente dos adultos, e a exposição destas ao trabalho precocemente, pode gerar, ocasionar impactos permanentes ao seu desenvolvimento pleno. Tais impactos podem variar de acordo com o trabalho que a criança exerceu, com a aceitação sociocultural, entre outros pontos. Por outro lado, o menor pode desenvolver doenças de trabalho que o incapacitará para a vida produtiva, quando se torne adulto – sendo isso uma das mais perversas formas de violação dos direitos humanos. Além do que, muitos deles não estudam, não têm direito a lazer e a um lar digno, pelo contrário, são lançados à própria sorte, sem perspectiva de vida futura. São meninos e meninas coagidos a trabalhar em atividades que envolvem riscos físicos e psicológicos quando deveriam

estar na escola aprendendo.

O desvio da criança dos processos naturais, essenciais ao seu desenvolvimento pleno é uma perversa e injusta condenação, vez que, ao lhe ser negado este direito de ser e viver a infância, os danos no seu desenvolvimento psico-socio-educativo podem ser profundos e a possibilidade de se reparar tais danos e recuperar o tempo perdido é muito remota. Dificilmente uma criança condenada ao trabalho precoce conseguirá, por si só, meios para recuperar sua integridade física ou intelectual, fundamental ao alcance de seu potencial de aprendizagem. Os danos podem ser irreversíveis quando desrespeitado seu tempo e processo de desenvolvimento, seja por qualquer razão, comprometendo sua capacidade de aprendizado, desenvolvimento integral, e não menos importante, seus processos de socialização e integração.

Segundo Mendes (2011), quanto mais nova a criança e mais danoso o trabalho, maiores as consequências ao seu desenvolvimento. Segundo ele o trabalho infantil pode ser exaustivo, pesado, insalubre pondo em risco não só o desenvolvimento, mas a saúde e a segurança da criança. Ele destaca que, embora o trabalho não apresente riscos, e, possa parecer benéfico à criança, durante o momento em que a criança estiver na obrigação de trabalhar, ela estará pulando uma etapa importantíssima de seu desenvolvimento natural naquele momento específico de sua vida que é brincar, fantasiar e elaborar o mundo que a cerca à sua maneira. E a criança precisa de tempo e condições para fazer isso.

Ressalta ainda o referido autor que os dados sobre o trabalho infantil estão aquém de representar a realidade, visto que, por se tratar de trabalho informal ou ilegal as informações reais não são reportadas fidedignamente. Por isso é importante que estas crianças sejam inseridas em programas sociais que as livrem deste fardo, não apenas as protegendo, mas garantindo a estas crianças, a quem tem sido negada não apenas a dignidade, mas que o respeito aos direitos e garantias legais, sejam mantidas a salvo de qualquer tipo de trabalho e exploração infantil.

A responsabilidade pela exploração infantil não é apenas do poder público, mas, também da família, da sociedade, entes que necessitam estar articulados, alertas e atuando de forma prioritária e efetiva, abominando e punindo qualquer tipo de omissão, ou injustiça social.

Atualmente, as diferentes formas de exploração do trabalho infantil já vêm sendo mais discutidas na sociedade e no meio educacional. Entretanto, a exploração infantil tem sido ainda frequente e quase sempre sem a punição das pessoas que cometem tal infração. Há também a tendência de se pensar que o trabalho é importante para a formação do caráter das crianças. No sentido de dar-lhes uma ocupação para não deixá-las desocupadas, confunde-se trabalho e formação, submetendo as crianças a uma experiência de exploração.

A formação da criança deve está a cargo da escola e acontecer em parceria

com a família, nesse ambiente educacional deverá ter acesso a atividades bem estruturadas que incluam aspectos lúdicos em sua proposta pedagógica, a fim de que possa aprender conteúdos de ensino das matérias específicas, como língua portuguesa e matemática, e também, aprender a se socializar, a se respeitar e a respeitar ao outro, desenvolvendo seu potencial comunicativo e sua autoestima.

2 | CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Segundo a Sociologia, o trabalho sempre fez parte da vida dos seres humanos, e é através dele que as civilizações se desenvolveram e conseguiram alcançar o nível atual. Sendo assim, a Sociologia define o trabalho como toda e qualquer forma de atividade física e intelectual, realizada pelo ser humano, tendo como objetivo obter ou fazer algo para sua realização pessoal e desenvolvimento econômico.

Partindo da historicidade do trabalho nas civilizações antepassadas, e o seu desenvolvimento desde o escravismo, passando pelo artesanato, servidão e tantas outras formas de trabalho até chegarmos aos moldes do trabalho industrial, e com todas as transformações acontecendo na Europa, surge nos séculos XVIII e XIX a Revolução Industrial trazendo a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e a partir de então, com o uso das máquinas.

Com a criação do trabalho formal, após a revolução industrial em meados do século XX cria-se o contrato de trabalho que passa a regulamentar os direitos e deveres dos patrões e empregados. No Brasil, no ano de 1943, foi criada a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a maior legislação trabalhista do país, representada pela popular carteira de trabalho, onde o trabalhador brasileiro passou a ser reconhecido pelos seus direitos.

Esta Consolidação das Leis Trabalhistas, surge a partir da Constituição Federal de 1937, substituindo a Constituição de 1934 onde os direitos trabalhistas já haviam sido fixados, fortalecendo o trabalho com a criação da CLT em 1943, e com a organização da justiça do trabalho com representação classista e a criação do salário mínimo.

Já na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 7º, inciso XXXIII considera menor o trabalhador de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos. E Mesmo a Constituição de 1988 proibindo o trabalho ao menor de dezesseis anos, ela ressalva que os trabalhos técnicos ou administrativos são permitidos, desde que realizados fora das áreas de risco a saúde e segurança, e são chamados de menor aprendiz.

A partir dos quatorze anos já é admissível o contrato de aprendizagem, o qual deve ser feito por escrito e com tempo determinado conforme o artigo 428 da CLT. Tal artigo destaca que o contrato de aprendizagem determina ao empregador que

assegure ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscritos no programa formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Na década de 1990 com a criação da lei 8.069 de 13 de julho do mesmo ano, denominada de “Estatuto da Criança e do Adolescente”, em seu art. 2º considera criança a pessoa que tem de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes, de 12 a 18 anos de idade.

A legislação vigente no Brasil, para proteção e proibição do trabalho infantil é muito completa, mas é necessário intensificar a fiscalização das situações de trabalho, pois a própria sociedade civil não executa o controle social que lhe é devido, justificando-se pela questão cultural de valorização do trabalho.

3 | O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Vulnerabilidade é um conceito que remete à idéia de fragilidade, dependência, desproteção e se vincula às situações do cotidiano de crianças e adolescentes, principalmente, as mais pobres – sendo ainda a maioria em nosso país.

A população brasileira tem crescido rapidamente e a estrutura educacional ainda é deficitária, muitas políticas públicas são inadequadas e insuficientes para atender a grande maioria dos cidadãos. Conforme atestam estudos já realizados, a escolaridade baixa é um dos principais indicadores entre os motivos que levam a população à pobreza extrema e à vulnerabilidade social (KAZTMAN, 2005 apud SILVA, 2007).

A educação básica, que é gratuita e obrigatória no Brasil, apresenta-se como uma das poucas oportunidades oferecidas para elevar a condição social, entretanto, o que se constata é que mesmo crianças e adolescentes frequentando a escola diariamente, muitos concluem o ensino fundamental com sérios déficits de aprendizagem.

Por outro lado, não se pode culpar apenas o sistema educacional, pois são muitos os aspectos que implicam no sucesso ou insucesso escolar de uma criança, cada uma tem sua história de vida, sua relação com a família e experiências distintas que marcam seu desenvolvimento social, psicológico, em muitos casos, são “obrigadas” a abandonar a escola para trabalhar precocemente, quando deveriam estar aprendendo e se socializando.

Geralmente, a família tem participação direta nessa questão de exploração da criança, ainda que tenhamos leis de proteção da criança como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em conformidade com o já mencionado Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA- Lei N.º. 8.069/90), a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar crianças ou adolescentes para o acolhimento ou inviabilizar sua reintegração (Art.23). Esse afastamento só é justificado quando o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores é descumprido (Art.22) (BRASIL, 1991).

Uma das características dessa camada populacional é sua baixa escolaridade. A escola é colocada de lado já que a necessidade de renda é vista como imediata.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais a educação fundamental está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania, pois sem uma educação, dificilmente essa população conseguirá formar cidadãos capazes de se manifestar a favor de seus direitos e com condições de conquistar uma melhor condição social.

Os estudos que tratam da influência do meio sobre o desenvolvimento e aprendizagem são muitos, dentre eles se destaca o trabalho de Vygotsky, para ele não se pode negar a relação entre desenvolvimento humano e ambiente, sendo que a criança e o ambiente influenciam-se mutuamente. De acordo com os estudos realizados por Vygotsky sobre o papel da mediação, pode-se dizer que crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, por exemplo, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas a que estão expostas.

É importante ressaltar que, as experiências vivenciadas pelas crianças podem ter maior ou menor impacto, de acordo com a fase de desenvolvimento que esta criança se encontre.

Sobre a aprendizagem, Vygotsky sugere que esta se inicia antes mesmo do ingresso da criança na escola, sendo que aprendizagem e desenvolvimento estariam interligados. Daí a importância de um ambiente onde a aprendizagem seja favorecida, tendo adultos capazes e dispostos a estimular o potencial dessas crianças. Infelizmente nas comunidades vulneráveis, são poucas as famílias que dispõem de materiais, jogos ou mesmo tempo e atenção para dedicar às crianças nesta fase da vida.

A escola pode contribuir para que sejam contornadas ou pelo menos minimizadas essas lacunas no desenvolvimento, e como estimular de maneira adequada crianças advindas de situações de negligência para que possam superar os traumas sofridos e alcançar um rendimento escolar satisfatório.

4 | MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PELO PROFESSOR EM SALA DE AULA

A mediação e a intervenção pedagógica em sala de aula junto à criança com

dificuldade de aprendizagem é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo educador na atualidade. Esse termo mediação está sendo utilizado com maior frequência, em diversas literaturas dos campos de conhecimentos como o jurídico, terapêutico e educacional.

Segundo o dicionário, mediar significa uma “função que relaciona dois termos ou dos objetos em geral” (ABBAGNANO, 1998). E esta definição provém de vertentes etimológicas, uma grega *mésos*, significando o que está no meio; e outra vinda do latim *mediatio*, indicando intercessão, referindo-se assim a estabelecimento de reciprocidade entre duas partes de uma totalidade.

Já segundo Oliveira (2009, p.29), o conceito de mediação “[...] em termos genéricos, é o processo de intervenção de um terceiro elemento intermediário numa relação; a relação deixa de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento.” E estes estudos sobre mediação repousam sobre Vygotsky ao explicar acerca das funções psicológicas superiores da mente, os processos mentais mais elaborados como a imaginação, estabelecimento de relações, dentre outras, agregando ao conceito a mediação simbólica.

De acordo com Vygotsky (1998 apud REGO, 1995; OLIVEIRA, 2009) a relação do homem com o mundo não se dá de uma forma direta, mas mediada, por uso de instrumentos, objetos e por signos. A mediação que se dá a partir dos signos, favorece o compartilhamento de conhecimento socialmente acumulado, a comunicação verbal, a interpretação de mundo ao redor pela cultura.

Por signo, pode-se entender como um objeto, um som, que substitui ideias; mas servem de apoio à memória, por exemplo. Podem ser linguísticos e não-linguístico (DIAS- RODRIGUEZ, 2010; REGO, 1995).

Sendo assim, a linguagem para Vygotsky, é um sistema simbólico que confere mudanças significativas aos processos psíquicos, pois através dela pode-se relatar eventos, como situar questões do mundo sem a presença física do objeto, partilha de valores, crenças e informações entre gerações. Mesmo Vygotsky se debruçando sobre a fala, pode-se incluir nesta categoria simbólica, além da oral, a linguagem escrita.

Considerando estas dimensões da mediação, simbólica, por meio de instrumentos e signos como a linguagem oral e gráfica, e a importante e essencial intervenção do professor em relação à aprendizagem dos alunos, complementando o contato deles com o mundo através da mediação. Sendo imprescindível que o professor seja um colaborador nesse complexo processo de assimilação de novos conhecimentos.

E esta mediação do professor é expressa pela intervenção pedagógica, planejada e intencional, partindo de objetivos e situações significativas que colaborem para o crescimento e construção do conhecimento dessas crianças. E a intervenção se dá

por meios que requerem saberes essenciais do docente, como os de ordem didática, incluindo a relação deste professor com o objeto de conhecimento, e o de ordem psicopedagogia, significando atenção ao processo de aprendizado da criança.

Quanto às dificuldades na escrita, a intervenção pedagógica é demonstrada por meio de apoios que são ajustáveis pelo docente, em direção a uma única criança ou a um grupo, tornando-se a pessoa responsável por organizar situações que favorecem a aquisição da leitura e da escrita, levando em conta o modo particular da composição do conhecimento das crianças. Em outras palavras, afirma-se que: o saber dos docentes sobre leitura e a escrita, combinado ao conhecimento do modo pelo qual a criança realiza o processo de aprendizagem, abre novas perspectivas para a prática docente do alfabetizador. (VARELLA, 2001, p.29).

É essencial a participação do educador para mediar e intervir no processo de ensino e aprendizagem, porém deve ter claro que sua atuação como mediador efetivo implica respeito aos saberes diversificados das crianças e a consideração de suas hipóteses, essenciais ao seu desenvolvimento e aprendizado, processos que ocorrem interligados.

5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa realizada no Programa Institucional de Iniciação Científica 2018-2019 da Universidade Federal do Amazonas constituiu-se em um estudo descritivo, de abordagem qualitativa. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram: levantamento de registros de denúncias junto ao Conselho Tutelar da Zona Centro-Sul, por meio de uma entrevista com o Conselheiro responsável por aquela zona; entrevista com aproximadamente, quatro professores da escola selecionada; pedagogos e o Gestor da referida escola; e aplicação de questionário com as crianças que sejam identificadas na situação de trabalho precoce; O processo de análise e interpretação dos dados coletados é embasado na perspectiva do materialismo histórico dialético, considerando em todo o processo, a dialética do movimento histórico do sistema econômico capitalista, fundamentos metodológicos nos quais apoiamos a discussão dos resultados da pesquisa, apresentados a seguir:

5.1 Dificuldades Sentidas no Processo de Ensino-Aprendizagem e as Implicações na Vida da Criança

Constatamos que o trabalho de crianças e adolescentes os desvia de seus processos de desenvolvimento, trazendo sérios prejuízos à saúde, e ao desenvolvimento físico e psicológico dos mesmos.

Por outro lado, ocorre uma transferência de responsabilidades a estas crianças e adolescentes, e isso acaba anulando as etapas necessárias ao seu desenvolvimento,

causando desconstrução de seus sonhos, bloqueio de vivências com o lúdico, e as relações sociais que são indispensáveis ao seu desenvolvimento.

As consequências do trabalho infantil na vida de crianças e adolescentes são inúmeras, prejudica a aprendizagem, muitas vezes são “obrigadas” pelas circunstâncias a sair da escola, tornando-se ainda mais vulneráveis em diversos aspectos, dentre eles a saúde, exposição à violência e esforços físicos intensos e forçados.

Dentre outras consequências as quais as crianças e adolescentes estão expostos, destacamos algumas como o cansaço, problemas respiratórios, abusos emocionais e a infrequência escolar. Observou-se isso, entre os adolescentes pesquisados, alguns deles chegam cansados na escola e não tem aquele interesse pelos conteúdos da aula, como afirmou uma das professoras entrevistadas,

[...] eles vão chegar naquela euforia de quem tava trabalhando, aí não prestam atenção, ele está ligado lá fora ainda, ela não está ligada aí no que você ta ensinando, você tem que dizer: ei! acabou lá fora, você tem que se ligar aqui dentro, é aqui agora, você vai aprender aqui. Você tem que trazer esse aluno pra você, envolver ele na atividade que você ta fazendo pra ele ter interesse, porque ele não ta interessado naquele momento [...]

E um dos fatores que colocamos em destaque é a infrequência escolar, não sendo o caso dos adolescentes envolvidos na pesquisa, pois estes têm boa frequência nas aulas, pois para eles a escola é vista como espaço de liberdade e felicidade como pode se constatar na fala de um dos alunos entrevistados,

Sair de casa e vir conversar com meus amigos aqui. É aqui na escola que eu me sinto livre, que eu fico sem trabalho e posso brincar e conversar com meus amigos. Se eu pudesse, vinha pra escola todos os dias, até sábado e domingo, só pra ter um tempo livre de trabalho e tudo.

Nos casos de infrequência escolar, vemos que o trabalho e a escola dificilmente se conciliam na nossa realidade brasileira, pois na vida das crianças e adolescentes trabalhadoras a escola acaba sendo deixada de lado dando espaço ao determinante que é a necessidade, como relata a gestora da escola, “*Ele não vai estudar, dificilmente ele vai querer vir pra escola estudar, porque o mundo na rua é muito fácil, não é só a questão do dinheiro, é o que tem lá de bom que é oferecido pra ele que é fácil, então estudar se torna a última opção.*”. No caso dos adolescentes pesquisados veremos no próximo tópico como e se a escola está sendo espaço de liberdade e felicidade.

A escola ainda é vista como espaço de integração que reproduz a cultura de inserção no mercado de trabalho, nosso ensino público não é muito bom, posto que, ao mesmo tempo, que o sistema integra é excludente, baseado nos vieses da moralidade, da disciplina e do controle sobre as crianças e adolescentes. E como afirma Costa e Calvão (2005, p.36),

[...] na medida em que a escolaridade da criança é dificultada, se cria um fator de desarticulação da qualificação necessária. As crianças que trabalham são peças utilizadas na reprodução e acumulação do capital [...] o trabalho infantil, não é necessário para uma vida bem-sucedida, ele não qualifica, pelo contrário aumenta as possibilidades da criança se tornar um adulto trabalhador desqualificado, portanto, é inútil como mecanismo de promoção social.

E ainda sobre as consequências do trabalho precoce na vida das crianças e adolescentes destacamos na fala da gestora o quanto pode ser impactar na vida do estudante, diz ela: “[...] é prejudicial em todos os sentidos, e ele passa a ter uma *situação de vulnerabilidade não é, porque na rua com adultos, às vezes adultos com má conduta, mau caráter, acaba influenciando pra um mundo que... não tem positividade.*” A fala pedagoga está em acordo com o que diz a gestora da escola:

Nesse caso, por exemplo, do aluno que não tem um poder aquisitivo legal, assim, que dê pra sustentar com dignidade, ele realmente quase não vem à aula por causa disso, porque ele cansa, é um trabalho que cansa às vezes né, capinando, ajudando o pai, às vezes é na cozinha com a mãe como empregada doméstica.

Vemos que na fala tanto da gestora quanto da pedagoga, o trabalho de crianças e adolescentes tem suas consequências implicadas fortemente na vida deles, girando em torno sempre dos poderes aquisitivos das famílias como já vimos nos tópicos anteriores.

Na realidade, não poderia ser assim, pois as leis e estatutos defendem os direitos fundamentais da criança, porém, as desigualdades econômicas e sociais acabam impedindo o pleno usufruto dos direitos dessas crianças e adolescentes à brincadeira, à alimentação, à saúde e à educação. E o ideal seria que a sociedade e o Estado, protegessem e que fossem sustentadas por suas famílias, e não serem obrigadas a gerar seu próprio sustento.

5.2 Impactos e Consequências do Trabalho Infantil na Formação da Subjetividade da Criança/Adolescente

Durante a infância a constituição da subjetividade será um processo lento e contínuo de construção do eu e da diferenciação do indivíduo das demais pessoas. Esta subjetividade será construída diariamente na interação social, nos modos de ser de cada indivíduo, pensar e relacionar-se socialmente. É este processo de construção que funda a nossa formação a partir do momento em que somos concebidos até os últimos dias de vida.

Os meses de gestação não são suficientes para a formação de todos os comportamentos característicos do humano. Os bebês nascem com estruturas orgânicas imaturas, inacabadas e bastante permeáveis à ação do meio ambiente para uma formação definitiva que ocorrerá ao longo dos anos. O bebê humano não

apresenta um instinto que caracteriza sua espécie, pois não nasce com todos os comportamentos geneticamente determinados, mas com potencial para desenvolver-se.

De acordo com a psicanálise, a gênese da formação do sujeito está na relação familiar, por isso é importante atentar-se aos mecanismos por meio dos quais a criança é moldada pelos pais. E quando se ressalta a subjetividade da criança, é justamente para a retificação de uma ideia assimilada pelo senso comum que é a ideia de que a criança é um produto da criação que os pais deram a ela.

Mesmo que na constituição da subjetividade do sujeito estejam presentes determinantes biológicos, sociais e históricos, no entanto, deve-se considerar que todo sujeito responde de forma singular aos determinantes que o afetam.

Como já mencionado anteriormente, o trabalho infantil é aquele que pode ser realizado em condições inadequadas, que são prejudiciais ou realizados de formas perversas; que exige da criança e do adolescente uma atividade bastante constante e desproporcional à suas forças, a seu estágio de desenvolvimento psicossocial; é uma atividade que impede as brincadeiras, os jogos, o descanso e principalmente impede a escolarização. Esse trabalho realizado por crianças e adolescentes de forma precoce, é prejudicial à saúde, à escolarização, e à vida.

Já as crianças e adolescentes em situação de trabalho são mais vulneráveis às doenças e aos acidentes de trabalho devido a alguns fatores, que destacamos como: a imaturidade e inexperiência, a distração e a curiosidade, fatores naturais à idade, a pouca resistência física e a menor coordenação motora.

Estas péssimas condições de trabalho, a falta de orientação e assistência específica, ou mesmo até a falta de proteção no desempenho de atividades que são realizadas por crianças. As implicações que mais são observadas são apresentadas pela excessiva carga psíquica e física, atrasos no desenvolvimento, o envelhecimento precoce, deformidades físicas e o abandono escolar que ocasiona a baixa qualificação profissional. A inserção das crianças e adolescentes de forma precoce acarreta em consequências que aparecem de forma imediata ou em longo prazo, dependendo do tipo de atividade realizada por ela.

As crianças e adolescentes nesta situação de trabalho passam por importantes etapas em seu desenvolvimento sem oportunidades de vivenciá-las plenamente, e sabemos que não têm condições de retomá-las mais tarde. A não vivência destas etapas pode deixar o adolescente sem a possibilidade de desenvolver a experimentação do seu novo corpo e da sua nova mente, uma vez que precisa assumir a responsabilidade de trabalhar e ajudar sua família.

Como precisam estar trabalhando para ajudar suas famílias, estas crianças e adolescentes ficam privados de brincar, ou seja, são privados de uma das atividades que mais contribuem para o desenvolvimento saudável de aspectos físicos,

cognitivos e sociais. O exercício das atividades lúdicas faz com que a criança goste de brincar, pois este brincar está unido ao prazer. Este brincar favorece a maturação de necessidades essenciais da criança, posto que estão diretamente associadas ao desenvolvimento pleno, como sabemos.

5.3 Postura Pedagógica do Professor em Sala de Aula

A postura dos professores em sala de aula pode acabar influenciando tanto para o sucesso quanto para o fracasso escolar de seus estudantes, mas, este fracasso escolar não pode ser atribuído somente à postura do professor. Salta aos olhos aquelas posturas que revelam preconceito e desprezo por conta da origem social do estudante, o desprezo com a aprendizagem, a falta de vontade em fazer o melhor para seu interesse em aprender. Muitas vezes, isso decorre pela falta de conhecimento e informação de certas situações que ocorrem nas salas de aulas em que atuam os profissionais, e algumas vezes são situações que não foram estudadas, debatidas nos cursos de graduação. Muitos destes professores já possuem vasta experiência na docência e, entretanto não seguiram investindo em formação continuada, por exemplo.

Na escola *locus* da pesquisa, registramos o seguinte quadro: dos 55 professores que a escola possui, 4 foram entrevistados, dentre estes, observa-se que todos possuem apenas a graduação em respectivas áreas, mas afirmam que durante o curso nunca estudaram com profundidade sobre o trabalho infantil e assimilaram estratégias pedagógicas de como combatê-lo em suas salas de aulas.

Relativo à pergunta sobre quais as fontes que, os professores têm acesso para obter informações sobre o trabalho infantil, a resposta muito superficial do professor, João, por exemplo, foi de que não possuía o conhecimento de nenhuma fonte, mas que vê o trabalho de crianças e adolescentes no cotidiano, por exemplo nos sinais de trânsito trabalhando, pedindo dinheiro.

Já a professora Joana afirmou que acompanha nos noticiários sobre o tema do trabalho infantil e que lê pesquisas sobre o assunto, mas não possui um interesse muito aprofundado na temática.

A professora Margarida também nos disse que vê crianças trabalhando em alguns pontos da cidade nos sinais de trânsito, mas nunca leu nada sobre a temática para aprofundar o conhecimento sobre.

Professora Rosa que é licenciada em Pedagogia afirmou que durante a sua permanência no curso não obteve informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes, mas diz que vê o trabalho no dia a dia dela, “*na realidade, eu vejo, eu sei histórias que a família mesmo conta.*”

Refletindo a partir dos relatos dos professores entrevistados, observamos

que estes estão despreparados para trabalhar com as temáticas tão atuais e que envolvem a sala de aula como um todo, percebe-se que estão mais preocupados em transmitir os conteúdos obrigatórios para o aluno do que entender sua real e concreta condição de vida.

E por outro lado, entende-se o quanto é importante o compromisso profissional dos educadores com a formação de seus alunos, pois este compromisso pessoal e profissional configura-se em um aspecto relevante para a construção da identidade, e é fundamental para a construção da cidadania via qualidade da educação.

Verdade é que professores na sua grande maioria, não foram formados para trabalhar com crianças em situação de vulnerabilidade social e trabalho, mas para lidar com o aluno idealizado, que é bem nutrido, aquele que tem acesso a bens e informações, possuindo uma auto-estima em ascensão.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a legislação brasileira vigente proíba o trabalho de crianças e adolescentes menores de 18 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade, haja vista que o trabalho precoce desvia a criança de seus processos naturais, que são fundamentais ao seu desenvolvimento, constatou-se durante a pesquisa que ainda existe uma argumentação muito forte utilizada para defender o trabalho precoce de crianças e adolescentes, como se trabalhar fosse contribuir significativamente para ajudar a criança na composição de seu caráter.

Ao contrário de contribuir para a formação de valores como dignidade e responsabilidade, o trabalho precoce causa impactos, e, consequências na vida das crianças e adolescentes, gerando cansaço em sala de aula, freqüente falta de atenção às aulas, e, principalmente, contribuindo com a infrequência escolar, porque está diretamente relacionado com diversos aspectos da vida da criança e do adolescente, como o econômico, o social, e, sobretudo, o emocional.

Conclui-se que o trabalho infantil repercute de forma negativa no desenvolvimento de crianças e adolescentes que entram precoce no mercado de trabalho, causando-lhes problemas de saúde, educacionais e situações outras que podem acabar futuramente, formando cidadãos sem expectativas e sem iniciativas de práticas de cidadania, imprescindíveis à vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

COSTA, D. H; CALVÃO, L. **Trabalho Infantil**. Rio de Janeiro, DP & A, 2005.

DIAZ- RODRIGUEZ, Félix; BEGROW, Desirré. A importância da mediação na aprendizagem numa visão vigostskiana. In: TENÓRIO, Robinson; LORDELO, José Albertino (Orgs) **Educação Básica**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MENDES, Roberto Teixeira, do Departamento de Pediatria Social da **Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas** (Unicamp). In <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-07-25/trabalho-infantil-atrapalha-desenvolvimento-da-crianca-diz-pediatra>>.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2009, (Coleção Pensamento e Ação na sala de aula).

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11 ed. ,Petrópolis,RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Algéria Varela. Vulnerabilidade Social e suas Consequências: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal. In: **Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste**, 2007. Maceió. Disponível em <www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>

VARELLA, Noely Klein. Fundamentos sociopsicolinguísticos e psicogenéticos da alfabetização. In: SARAIVA, Juracy A. (Org). **Literatura e Alfabetização**: Do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acordo Bilateral Brasil/EUA 184

Alfabetização 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 61, 90, 163, 173, 174, 181, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 305, 366

Amor 17, 73, 95, 100, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Apoio 14, 69, 79, 81, 90, 94, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 169, 182, 202, 235, 282, 283, 285, 286, 298, 310, 366, 383

Aprendizagem 3, 11, 20, 22, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 81, 82, 83, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 137, 139, 141, 143, 146, 148, 165, 166, 167, 169, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 270, 271, 273, 278, 286, 287, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 305, 308, 310, 314, 316, 317, 318, 319, 326, 328, 329, 332, 335, 336, 337, 339, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379

Avaliação 31, 52, 59, 62, 77, 78, 79, 80, 84, 87, 98, 152, 153, 162, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 191, 193, 206, 207, 221, 222, 239, 269, 272, 276, 314, 327, 329, 331, 332, 334, 336, 377

Avaliações externas 77, 78, 84

C

Card games 26, 27, 32

Congresso nacional 20, 36, 37, 38, 163, 206, 336

Cuba 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 363, 366

Currículo escolar 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 201, 202, 332, 335, 338, 342, 344, 350, 351, 352

D

Deficiência visual 49, 54, 55, 56, 57, 107, 207

Desenhos táteis 49, 51, 52, 54, 55, 56

Dificuldade 60, 65, 66, 94, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 176, 178, 179, 180, 200, 219, 228, 236, 242, 271, 277, 298, 328, 345, 374, 376, 377

E

Educação 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 26, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 122, 123, 125, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 251, 252, 253, 254, 261, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 287, 288, 290, 292, 293, 296, 297, 301, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 326, 328, 329, 334,

336, 341, 342, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 355, 360, 366, 371, 374, 375, 379, 380, 382, 383
Emancipação 11, 18, 23, 88, 162
Ensino 3, 4, 5, 12, 15, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 46, 47, 48, 56, 58, 59, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 94, 98, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 191, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 253, 254, 269, 270, 271, 273, 277, 279, 285, 286, 287, 288, 292, 295, 296, 299, 300, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 317, 319, 321, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 358, 360, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 379, 381, 383
Ensino fundamental 38, 68, 81, 94, 99, 137, 138, 139, 140, 145, 146, 147, 148, 173, 177, 178, 179, 182, 208, 212, 218, 296, 307, 309, 311, 341, 372, 376, 377
Escola 2, 3, 4, 5, 12, 19, 27, 28, 33, 36, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 56, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 151, 154, 158, 159, 160, 166, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 218, 227, 228, 231, 235, 236, 237, 240, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 296, 297, 299, 300, 301, 303, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 318, 319, 324, 326, 335, 338, 348, 353, 357, 358, 359, 372, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 382
Estado da arte 150, 151, 152, 153, 154, 158, 161, 162, 163, 269, 333
Estudos de gênero 150, 151, 153, 155, 156, 158, 159, 161, 162
Ética 21, 22, 113, 115, 119, 120, 121, 141, 143, 148, 201, 209, 214, 250, 359
Eudaimonia 113, 114, 119, 120

F

Formação 10, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 33, 35, 59, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 92, 95, 97, 98, 101, 107, 108, 109, 113, 122, 123, 124, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 172, 186, 187, 189, 190, 191, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 250, 251, 255, 268, 269, 274, 277, 282, 283, 290, 291, 294, 296, 301, 302, 303, 304, 307, 312, 313, 314, 316, 326, 341, 345, 346, 350, 358, 359, 362, 372, 373, 375, 376, 380, 381, 383

H

Hegemonia capitalista 184, 197

I

Identidade escolar 78

Inclusão 5, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 107, 137, 151, 154, 162, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 212, 214, 216, 308, 309, 310, 311, 313, 315, 316, 347, 358

Iniciativa privada 36, 37, 41, 42, 43, 46, 47

Intervenção pedagógica 173, 182, 297, 298, 299, 317

J

Jogos didáticos 26, 28, 33, 35, 67

L

LDB 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 207, 311, 375, 382

Libras 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 69, 70, 75, 76

Língua portuguesa 139, 144, 145, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 222, 295, 328, 381

Lúdico 32, 33, 58, 59, 64, 65, 66, 216, 217, 218, 221, 222, 300, 317, 319, 321

Luta por escola 88, 89

M

Maestros 11, 14, 16, 20, 21, 23

Matemática 17, 18, 107, 109, 139, 150, 152, 155, 158, 163, 173, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 212, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 295, 319, 328, 337, 338, 339, 341

Movimento social 88, 101

O

Organização escolar 78, 202

P

Paideia 76, 113, 114, 115, 121, 122

Papel microcapsulado 49, 50, 51, 52, 54, 56

Pluralidade cultural 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Professor 4, 5, 12, 14, 18, 21, 23, 26, 27, 28, 33, 34, 43, 58, 59, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 82, 83, 84, 91, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 141, 142, 145, 146, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 180, 181, 182, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 222, 229, 231, 232, 234, 235, 236, 269, 283, 284, 287, 297, 298, 299, 303, 306, 310, 312, 313, 314, 319, 324, 327, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 349, 355, 357, 360, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381

Profissão docente 164, 169

Programa de saúde 26, 28, 29, 33

R

Resistência/desistência 164

S

Sexualidade 2, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 383

Síndrome de burnout 164, 172

Surdez 4, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 107, 241

Surdos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 69, 70, 72, 74, 76

T

TDAH 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 109, 111, 240

 **Atena**
Editora

2 0 2 0